



## **ATA DA 160ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos 23/07/2014, sob a presidência do Senhor Secretário Wanderley Meira do Nascimento, realizou-se a 160ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

### **Expediente:**

1. Discussão e votação da Ata da 159ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

### **Ordem do dia:**

1. 1. Apresentação: “Fundamentos da Estratégia UMAPAZ/2015”, pelo Conselheiro e Diretor do Departamento de Educação Ambiental, Helgis Torres Cristofaro.
2. 2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

### **Anexos:**

- Ata da 159ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Bom dia a todos, vamos dar início a 160ª Reunião Plenária Ordinária, dia 23/7/2014, quarta-feira, 9h20. Antes de passar a pauta, eu gostaria de pedir desculpas aqui a um Conselheiro Suplente, José Ulisses Bezerra de França, que na última reunião, houve um mal estar e eu acabei não deixando claro e dando a palavra a ele. Ele fez uma justificativa, uma solicitação ao Secretário, ao Conselho, e eu, publicamente, aqui, peço desculpas. E na próxima reunião quando abordarmos esse assunto, será dada a palavra a você, está bom? Obrigado pela compreensão. Vamos à pauta. Expediente: inclusão de pauta. Algum conselheiro ou conselheira gostaria de incluir algum assunto?. Nenhum assunto? Então vamos ao primeiro item do expediente: discussão e votação da ata da 159ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Algum Conselheiro tem alguma colocação? Se não tiver, nós colocaremos em votação. E se estiverem de acordo, permaneçam da maneira como estão. **A Ata da 159ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade.** Vamos passar à ordem do dia, que é a apresentação, Fundamentos da Estratégia UMAPAZ 2015 pelo Conselheiro e Diretor do Departamento de Educação Ambiental, professor Helgis Torres Cristóforo. Por gentileza, professor. E como sempre, depois da apresentação, os senhores conselheiros e conselheiras farão as suas perguntas e considerações.

**Cons. Helgis:** Bom dia. Então vamos lá. Vou fazer uma breve apresentação do que está acontecendo do ponto de vista do planejamento da UMAPAZ. E evidentemente, depois respondemos às perguntas. A fase que nós nos encontramos, eu estou chamando de Fundamentação. Estamos concluindo essa fase. Ela começa com a ideia de onde nós viemos. Então fazer um breve retorno no tempo. Existe uma história que eu estou datando como começo em 1972. A questão ambiental, ela é tratada a rigor, desde 1957, formalmente. Mas desde 1972 existem iniciativas institucionais. A primeira iniciativa chama-se Clube do Roma, com relatório chamado *The Limits to Growth*. E aí ela progride, com a ONU fazendo uma série de desenvolvimentos. Temos um marco que é a Agenda 21, na Eco Rio, e nós temos um marco da UMAPAZ em 2006. Então, em síntese, o que ocorreu é que em 1993 criou-se a Secretaria do Verde, em 2006, criou-se a UMAPAZ, baseada em iniciativas que existiam na Prefeitura de São Paulo, que se referiam ao CEAS, que era o Centro de Educação Ambiental, algumas pessoas aqui lembram disso. E a UMAPAZ nasce na esteira, portanto, de uma legislação de uma cidade aberta, que no Brasil, significou uma conjugação entre universidade em sentido amplo de população, com a ideia de educação à distância. A legislação fala disso. E fazendo um parêntesis, universidade aberta é um conceito que nasceu na década de 50, no Reino Unido, para oferecer educação superior massiva. E ela existe até hoje. Chama-se UK Open University. O que nós estamos fazendo, basicamente, é um pouco de teoria (incompreensível) estratégico. Eu cheguei aqui em abril, nós construímos um diagnóstico preliminar. O nosso Secretário definiu algumas diretrizes que essencialmente são diretrizes no sentido de massificar e ir para as pontas, descentralizar o processo da



UMAPAZ, enquanto Educação Ambiental, enquanto Cultura de Paz. Eu fiz um diagnóstico preliminar, e nós fizemos um esforço inicial que acabou o mês passado, durou um pouquinho mais do que devia, porque teve uma parada por causa de uma greve. Mas que basicamente visitamos, internamente... Então, dentro da UMAPAZ se construíram grupos transversais. Esses grupos discutiram Violência, Água, Degradação Ambiental, Energia, Clima, Verde e Educação Ambiental. E ele teve como centro, um conjunto de discussões de fundamentos sobre o que (falha áudio), o nosso papel e assim por diante. Estamos concluindo essa segunda fase, que é o que eu posso responder e contar mais para vocês, agora. Bom, o que sai dessa reflexão? Sai a necessidade de estabelecer a conceituação sobre Educação Ambiental que possa ser fornecida pela UMAPAZ, para a administração direta, para os nossos esforços internos, porque existem vários esforços e várias iniciativas de Educação Ambiental, de tal maneira que esses esforços, eles se cooperem. Que haja sinergia. Então uma parte do diagnóstico foi feita, é que Educação Ambiental é um assunto muito amplo, ele está definido de uma maneira muito genérica, e ele, portanto, aceita muitas intervenções distintas. Só que o que se procura aqui, é que a médio e longo prazo, as ações possam ser feitas descentralizadamente, que não dá para todo mundo fazer tudo aqui. É impossível. Vamos ver o porquê. Mas que elas possam se conectar a partir de um fundamento único, que deveria estar sendo enunciado claramente. Que é uma das diretrizes acertadas com o nosso Secretário. Então qual é a ideia de Educação Ambiental que nós estamos propondo? Que, para começar a conversa, Educação Ambiental no momento que vivemos, é uma demanda de natureza política e social. O que implica dizer que a gente pensa o social de um jeito e o político de outro. Ou seja, nós estamos falando que essa demanda se traduziria em tratarmos, em influenciarmos, em moldarmos comportamentos, conhecimentos, atitudes, habilidades, que estão orientados, em termos de como agir, por certas necessidades, que são os motivadores dessas intervenções, ou deveriam ser. Portanto, na verdade, não é uma demanda. Então a primeira coisa é que já se estabelece um cenário de pluralidade, portanto de diversidade. Necessidade não é uma coisa simples e única. E é nesse sentido que a gente começa a pensar que, para começar a conversa, Educação Ambiental é um assunto que se refere a pessoas. Então eu sempre brinco: a gente não vai fazer uma Educação da torcida do São Paulo, do Corinthians, por exemplo, para não ter violência. A gente tem que ter uma educação que se dirija àquele grupo, mas às pessoas. Educam-se pessoas. Em se educando pessoas, nós estamos falando que nós temos que considerar algum tipo de conceito de individualidade. E o conceito de individualidade que está proposto nessa fundamentação é a ideia de singular. Ou seja, ainda que você tente e deva educar massivamente, você tem que perceber que as pessoas são únicas. E que eu tenho que levar em conta esta conjugação. Logo, nós estamos falando de singularidades. E essa singularidade, ela se relaciona, portanto, com as necessidades e essas necessidades são, portanto, também, de natureza ambiental. Aqui está escuro. Tem uma seta que conecta daqui para lá. Não dá para ver. Mas que diz que as necessidades são dos indivíduos, singulares, portanto, mas elas também podem ser vistas (incompreensível) a meio ambiente, ao uso dos recursos e à sua



durabilidade. Que é basicamente o que se preconiza na essência de sustentabilidade. Que eu possa estar (incompreensível) meio ambiente, trabalhando com os recursos que são necessários, e que eles sejam duradouros. Agora, isto se expressa diferentemente conforme as pessoas, singularmente, e seus agrupamentos distintos, que a gente vai ter que reconhecer em algum momento. Portanto, o que a gente estabelece é um binômio, que é singularidade com sustentabilidade. E esse binômio é inscrito na ideia de que eu quero discutir as atitudes, as habilidades, os comportamentos, os conhecimentos, em benefício dessa relação. Então, para detalhar um pouquinho: o que ele está entendendo que é a atitude? A atitude são valores preliminares. As pessoas fazem opções. Então por exemplo: o sujeito que é racista, ele tem um comportamento racista, a partir de uma atitude. E essa atitude significa que ele considera que certa raça, ou certa etnia, que seja o conceito que a gente for usar, é mais importante que outra. Portanto, a atitude se refere à gente discutir, influenciar e conversar sobre valores, que vão definir possibilidades de comportamento. E a teoria de comportamento que a gente está preconizando aqui, neste momento, não porque ela é melhor ou pior, mas por causa que ela é mais fácil do ponto de vista da construção do processo educativo, ela tem um fundamento do neobehaviorismo, de que comportamento é o que a gente observa. Para você educar, você precisa observar. Então você cai em uma certa teoria de situações de comportamento que tem a ver com a observação. Por exemplo, a teoria psicanalítica não pensa desse jeito, por exemplo. Ela observa, mas ela também procura motivações em estágios estruturais. O que nós estamos falando é que em um processo educativo, para sermos efetivos, temos que olhar comportamentos, e sobre eles, refletir. Então eu caio mais para este lado da observação como comportamento. Que não é nem bom nem ruim. Quer dizer que a gente não pode lançar mão de outros instrumentais. Mas esta é a matriz que nos tornará comuns enquanto pensamento Educação Ambiental. Essa é a tentativa. Habilidades e teoria das aptidões. Quer dizer, eu tenho que pensar como as pessoas estão capacitadas para aprender, para ensinar. Quer dizer, eu preciso conhecer o que está disponível em cada comunidade, e endereçar. E conhecimentos estão muito ligados a árvores de conhecimentos de estruturas formais, que precisam ser intervenientes no processo de educação. Tanto para Educação Ambiental quanto para Cultura de Paz. Quer dizer, a pessoa precisa saber coisas. Ter informações. Ordenar informações. Ter conhecimentos específicos. Então essa é a ideia. O que se passa? O que se passa é que, tradicionalmente, e essa é uma discussão de longa data do ponto de vista da ciência social, da ciência política ou da filosofia política, a singularidade é tratada em oposição ao comum, que é o caso da sustentabilidade. Quer dizer, a tendência preliminar que se identifica é que: ou eu trato do indivíduo, ou eu trato do social. É como se os desejos e os interesses fossem conflituosos. Isso se expressa em uma série de binômios que são tradicionalmente trazidos à baila. Que são o indivíduo e o social, que é a discussão política norte-americana, por exemplo, já de quarenta anos, entre o comunitarismo e o individualismo, a sobrevivência que você busca por instinto, com relação à tua sensação de estar na espécie, então esses binômios são típicos. Por que eles são importantes? Porque nós estamos falando de gente. E gente



trabalha com essa ideia. O ponto é, e a pergunta que se faz é se eu não posso, ao invés de sair de uma posição de que ou o indivíduo ou o social, ou o singular ou o sustentável, se é possível compatibilizar? Este é o desafio de fundamento que a UMAPAZ deveria enfrentar, do ponto de vista de enunciar instrumentos para que, quem quiser fazer Educação Ambiental ou Cultura de Paz, se conecte dentro de um processo sinérgico. Quer dizer, nós não estamos aqui para arbitrar entre uma situação e outra. Entre um estilo e outro. Entre um departamento ou outro. Nós estamos aqui para conjugar. Quer dizer, a tentativa sempre será e tem sido, de integrar. E aí, você tem uma postura de “E”, e não uma postura de “Ou”. E a pergunta que fica então, posta para a UMAPAZ é essa daqui: como que a Educação, em geral, porque nós somos também Educação, e a Educação Ambiental e a Cultura de Paz, em particular, respondem ao desafio de serem integrativas dessas polaridades. Essa discussão é muito longa. E é uma posição preliminar. E a posição preliminar define as formas de educar. Se eu vejo como posição preliminar uma oposição entre indivíduo e social, eu vou tender a ter uma educação mais focada, por exemplo, na punição, na legislação, e assim por diante. Porque eu estou constringendo os indivíduos em benefício social. Portanto, eu tenho uma forma de educar. Se eu vejo como uma possibilidade de integração, eu vou procurar os pontos de formulação do comum e do integrado. E vou enunciar isso para as comunidades, certo? A priori, o que está surgindo nas conversas internas e o que eu também estou trazendo como direção, é que nós somos partidários do “E”. De que é possível construir processos que integrem, internamente e externamente. Agora, falta aí, falar um pouquinho de Cultura de Paz. Porque é tão importante quanto. A cidade vive os dois elementos e tradicionalmente, desde a (incompreensível), da ONU, se tem procurado conjugar os dois elementos. A posição é que Cultura de Paz, como definição que a gente está propondo é que é uma capacidade de pessoas, grupos, comunidades ou povos, de equacionar conflitos, sem recorrer ao confronto, à dominação, ao abuso, à destruição, e à violência em todas as suas formas. O que é importante aqui, destacar? Conflito faz parte da natureza humana. Ninguém quer que não exista conflito. Nós não estamos partindo dessa veleidade. A questão é como você encaminha conflitos. Quais são as opções de estruturação que vêm após os conflitos. E nesse sentido, essa é a essência de pensar a Cultura de Paz. A pergunta que tem que ficar respondida é qual a vinculação entre Educação Ambiental e Cultura de Paz? Por que esse ponto é importante e está na apresentação? Porque frequentemente, a UMAPAZ é vista, pelo nome bonito, não como Educação Ambiental por quem não conhece a estrutura da nossa administração. Quer dizer, a atribuição formal, na verdade, é departamento de Educação Ambiental. A UMAPAZ é uma tentativa que ainda não se realizou. Nós não somos uma universidade, no sentido estrito. Espero que venhamos a ser. Seria bom para a cidade. No entanto, é preciso responder qual é a vinculação que existe. Por que essas coisas estão juntas aqui? Foi da cabeça iluminada de alguém, ou de fato, elas têm a ver? Então a primeira coisa que tem que ser dita claramente, é que Cultura de Paz e Educação Ambiental, Sustentabilidade, essa discussão, são tradições independentes. Inclusive no tempo, com larga diferença de bagagem temporal, cronológica.



Cultura de Paz é um assunto que habita a discussão humana desde a Grécia. Que tinha uma Cultura de Guerra, seguindo um princípio de Paz. E era paz para os mesmos. Porque a paz era para os cidadãos. O resto era escravo. Mas isso atravessa várias eras. Toda filosofia política a partir do século XVII, por exemplo, é nesse sentido. Se você ler Maquiavel pela perspectiva de Paz, você vai perceber que ele é um cara que está cultuando paz. Então essa tradição é muito diferente e ela é muito longeva. E ela é independente. No entanto, elas têm uma fundamentação que pode (incompreensível) visto que a gente tem uma chance de fazer funcionar direitinho, que é quanto ao desafio (incompreensível) nacional e à forma de delimitar o público. Então, aquele modelo, aquele pentágono que a gente estava falando lá atrás, ele está perfeitamente adequado à descrição de educação com relação à Cultura de Paz. Quer dizer, a mesma definição, o mesmo desafio de uma atitude, de um conhecimento, de um comportamento, de uma habilidade, segundo necessidades, se coaduna entre meio ambiente e paz. E inclusive, eu posso ter instrumentos que ao trabalharem com atitudes, eles favorecem os dois elementos. Então, do ponto de vista educacional, é oportuno conjugar a Cultura de Paz e Meio Ambiente. Foi uma boa estratégia. Mas ela tem que estar explicitada nas suas diferenças. Senão vira uma confusão. Então, em síntese, do ponto de vista específico, há uma fundamentação: e que servirá, como retorno, para a Educação Ambiental como fundamento. O que é o desafio, do ponto de vista de aquela construção binomial? É desafio entre você ter liberdade, e você estar lidando com alteridade. É eu e outro. É como que eu construo a relação de reconhecimento e respeito sem perder a minha individualidade. Como que eu estou em comunidade, que é a ampliação da ideia de alteridade, mas eu continuo tendo a liberdade de decidir destinos e realizar meus desejos. Então este binômio, ele têm três elementos que são traduções objetivas com as quais a gente precisa lidar. Um é o estado. Estado é uma invenção humana, que já tem um bom tempo, que emanou de uma estrutura política ligada à igreja, e que a gente chama de secularização, e que hoje é um estado que tem independência. Que, portanto, ele é basicamente um estatuto de acordo social. Portanto o estado, ele é o locus onde essa discussão tem que estar presente. Por exemplo, há que se discutir sobre liberdades individuais, os eventos recentes de manifestações. Quais são os limites e quais são os direitos. Essa é uma discussão que vem pelo estado. A frase lapidar que se fala aqui, é que o estado tem o monopólio da violência. Todo mundo já ouviu falar disso. Agora, se o estado tem o monopólio da violência, é sobre que perspectiva que eu dou esse monopólio. Isto é válido em que aspecto? Então discutir o estado enquanto estatuto dessa relação é uma função que nos cabe. Como cidadãos e como estado. O corpo. O corpo é o grande significante contemporâneo de todas essas discussões de alteridade e liberdade. A exposição do corpo, o uso dele, a padronização. Existe uma série de elementos. E fundamentalmente, a questão do reconhecimento. Que é a teoria contemporânea mais influente da terceira geração da Escola de Frankfurt. É um filósofo chamado Axel Honneth, que discute que a essência das relações interpessoais passa pela negação ou aceitação de reconhecimentos. Então, o livro chama-se Luta por Reconhecimento, que é simples, bacana de conhecer. Ou seja, se eu nego a você o reconhecimento do que você é, isto é o



princípio de toda violência. Que eu lhe nego a sua existência, o seu direito, a sua individualidade, o seu ser. Então esse seria o fundamento do ponto de vista Cultura de Paz. Esses fundamentos servem, perfeitamente, também, retornando, para a discussão ambiental. Uma breve passada, não quero gastar muito tempo nisso, mas que é importante, de qual é a situação atual geral sobre a qual nos percebemos inscritos. Quer dizer, do que se trata, onde estamos o que está acontecendo? E é evidente, isso é aberto a muitos debates. Mas é importante a gente ter uma leitura do que está acontecendo, do ponto de vista de cada um desses elementos, porque são orientadores de como eu posso me posicionar. Então, do ponto de vista social, a tese que está sendo levada é que existe um estado de guerra constante. Quer dizer, guerra deixou de ser uma atitude, uma atividade entre um país e outro, Irã e Iraque. O conceito atual é de que na hora que você tem um conflito na periferia X, onde os caras queimam um monte de ônibus, se a polícia depois, vai lá, sai brigando, ou prende, ou o sujeito se mata... Quer dizer, a quantidade de mortes urbanas, por exemplo, é de uma guerra. O volume de violência. Então seria razoável a gente começar a pensar que precisamos endereçar uma situação de conflito que é constante. Desde as guerras formais até as guerras de confronto. E as guerras entre etnias, e as guerras entre grupos. Porque senão, a gente fica fingindo que não está acontecendo. Existe uma expansão da qualificação da violência. Isso é importante, porque você começou a entender que existe uma série de questões que deveriam ser endereçadas. Então a violência no trabalho, a violência contra a mulher foi bastante discutida já. Mas isso está sendo evoluído em termos de disponibilidade conceitual. Então a gente precisa apropriar isto. Então se você tem, por exemplo, um agravamento brutal das distâncias salariais no mundo. Isso é um estudo da Organização Internacional do Trabalho e da ONU. Quer dizer, piorou muito. E a quantidade de horas trabalhadas aumentou muito, há um clima de violência no trabalho que têm consequências. Existem bons estudos que mostram que as pessoas adoecem. Há um volume importante de aumento de consumo de antidepressivos, de ansiolíticos, e psicotrópicos em geral. Alguma coisa está acontecendo. Então minimamente... Não estou dizendo que a UMAPAZ tem que ir lá fazer uma intervenção na empresa tal. Mas a UMAPAZ pode aglutinar reflexões sobre esse assunto e endereçar à pesquisa. Deveria. Porque a gente teria essa isenção. Criar instrumentais. O outro elemento que está presente é que você regenerou metodologias de técnicas de pacificação. Todo mundo deve estar ouvindo aí, mediação de conflitos, comunicação não-violenta, quer dizer, têm uma série de tecnologias que estão surgindo, que estão se afirmando. Quer dizer, existe um desejo de endereçar o problema da violência. Em vários níveis. Existe uma naturalização, isso é bastante relevante, do modelo de que a identidade padrão de um trabalho vazio, de preenchimento de consumo. São diagnósticos de base. Se eu ignoro como as pessoas funcionam, eu vou falar com quem? Então a gente tem que ter algum tipo de discussão. O que está acontecendo? Então, por exemplo, trabalho vazio tem um excelente estudo de um psicólogo da UnB, há coisa de 15 anos, chama-se Vanderlei Codo, que ele falou tem uma Síndrome do Trabalho Vazio. E descobriu que quem não tem significado no trabalho adocece. O índice de alcoolismo, drogadição, separação, disfunções de sexualidade, por exemplo, o cara



perde desejo, suponha, é muito alto. Então ele caracterizou uma síndrome. Têm quase 15 anos. Ela continua presente. Quer dizer, quando você for endereçar os indivíduos em processos educativos, porque uma parte do nosso público são jovens adultos, ou adultos, eu preciso considerar que existe esse quadro. O segundo elemento que tem aí é o institucional. Então uma constatação que é uma delimitação político-partidária do ambientalismo. Nós temos que entender que quando você fala de questões ambientais, não é mais uma questão que a ONU patrocinou e está neutra no contexto. Existe uma apropriação. Existe um enfraquecimento do estado perante o poder financeiro como estrutura de pensamento. Temos que considerar isso. Existe uma falência da parte representativa, enquanto republicanismo. Temos que pensar nisso. Tem sido dito aqui, nesse Conselho, da importância da participação da sociedade civil. Nós acabamos de ter um decreto presidencial e definimos uma política municipal de participação social. São respostas a essa questão. E a causa ambiental é uma causa política do ponto de vista de estruturação de voto. Quer dizer, é relevante endereçar, porque a população demanda. Do ponto de vista financeiro, você teve um aumento do gap de desigualdade, renda e consumo, que é o que a gente falou agora há pouco. Você tem uma autonomia crescente do poder financeiro. Tem uma discussão muito boa entre os economistas. Por que o Banco Central tem que ser autônomo? Isso é uma falácia que está plantada. Não é verdade. Porque se o Banco Central é autônomo, então ele constrói estruturas de funcionamento econômico, sob que regulação social? Vide 2008 nos Estados Unidos. No que a autonomia deu. Então essas posições críticas, elas são importantes, porque elas interferem na questão ambiental e nas questões das relações de Paz. Que as desigualdades se aprofundam. Você tem o repasse social dos riscos incorridos através do estado, que é o caso das crises financeiras. Quem pagou a conta e paga são as pessoas. E o estado foi leniente. E você tem a produção de subjetividade, focadas em trabalho e consumo. Ou seja, o espaço de reflexão, o meio ambiente como tema dos indivíduos, ele não é um tema de produção. Ele é um tema de existência. Se você está o tempo inteiro pensando em o que você vai ganhar de dinheiro, em como você vai ganhar dinheiro, e o que você vai consumir, qual espaço você tem para olhar em torno e pensar na sua relação com a natureza e com a existência? Então esse é um dado do processo educativo que tem que ser considerado. Deveríamos estar considerando. E perguntar para as pessoas se elas gostam mesmo de viver para trabalhar, ou se elas querem trabalhar para viver. Do ponto de vista científico tecnológico, é uma discussão importante, especialmente na questão ambiental. Quer dizer, a matriz petroquímica ela só se expandiu a partir da crise do petróleo na década de 70. Quem é um pouquinho mais de idade, lembra que o pessoal dizia que não ia ter petróleo suficiente no mundo. Certo? Então aumentou muito a extração e a prospecção, e os usos e aplicações. Quem lembra na época o que era uma refinaria de petróleo, e olha hoje uma refinaria, é da água para o vinho. A quantidade de subprodutos, a sua roupa tem fio de petróleo, hoje em dia. Antigamente não tinha. E essa é uma questão ambiental fundamental. Porque ela tem uma dominação econômica por trás. A inovação de resultados significa dizer o seguinte: que toda vez que eu crio uma pesquisa, eu crio uma pesquisa e aplico-a do



ponto de vista de gerar lucro. Portanto o horizonte, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista também das relações humanas é um horizonte financeiro. Famosos. Por exemplo, têm uns filmes bacanas, por exemplo, sobre pesquisa de medicamento para doenças que têm pequenos volumes. Que se o cara não tivesse feito sozinho, não chegava lá, porque não tem interesse. Tem uma lógica de tecnociência, não quero detalhar muito, e as questões ambientais foram absorvidas. Ou seja, a comunidade científica, ela passou a pensar a questão ambiental como uma oportunidade dentro do modelo técnico-científico-financeiro. Então qual é a neutralidade da pesquisa? Qual é a neutralidade das posições? O caso dos transgênicos é clássico. Então, se você for discutir com o pessoal que defende os transgênicos, a palavra de ordem é segurança alimentar. É a grande espada. Bom, essa é uma breve exposição, porque é importante contar para vocês, eu queria de que, no momento atual, que a gente quer que a UMAPAZ tenha a capacidade de construir diagnósticos e aplicar essas modelagens, para poder dialogar com todas as iniciativas. A segunda parte importante que eu queria passar para vocês, o que está acontecendo em termos de estruturação, e daqui iremos depois para a prática, é que está aplicada, nesta operação, o conceito e a ideia de segmentação. No sentido não de que eu quero que a nossa operação se torne uma operação do ponto de vista puramente econômico. Porque são conceitos típicos de pensamentos de marketing de ataque de produtos. Mas mais nesse sentido: é que esta é a parte boa que acho que a gente pode usar. Então nesse sentido, nós temos quatro segmentos. Quatro vetores. Como é que se faz segmentação de mercados? Se define vetores e os qualifica. Depois você os combina. Então por exemplo, você define um vetor que é renda, e você define um vetor que é idade. E aí, você cruza os dois e tira as caixinhas que você diferencia como é que você vai se relacionar com aqueles segmentos. A gente pode fazer a mesma coisa. Só que eu não estou vendendo um produto. Eu quero ser efetivo na funcionalidade de Educação Ambiental e Cultura de Paz. Os quatro vetores escolhidos aqui para pensar, são a segmentação geoeconômica, a estrutura cognitiva, as personalidades sociais e os tipos de ação. Vamos ver o que é cada um deles, rapidamente. A segmentação geoeconômica é, na verdade, tradicional e simples. É a distribuição que existe de renda e de geografia. Quer dizer, existem bancos de dados, trabalhos na própria cidade, trabalhos do IBGE, as pesquisas, que mostram como que as rendas se distribuem ao longo das estruturas urbanas. Por que isso é importante? Porque é evidente que eu tenho um jeito de falar aqui no Parque Ibirapuera e outro jeito de falar no Parque do Carmo, e outro jeito de falar no Canivete, e outro jeito de falar na Luz, no que se refere às construções de entorno. E também deveria diferenciar o jeito que você vai abordar um tipo de estrutura de moradia, por exemplo, pelo tipo de ambiente que tem, pelo tipo de problema, e outro tipo. O segundo vetor, que não é o segundo em ordem, mas o próximo vetor, é a estrutura cognitiva. Está baseado essencialmente em duas constatações. A primeira que vem para cá é uma constatação de pesquisas recentes em neurociência cognitiva. Existe um conjunto de pesquisas que perguntam como que as pessoas se estruturam neurologicamente, para poder conhecer. Existe uma diferença possível de ser marcada nestas fases, do ponto de vista de estrutura física,



e de processos neurológicos. A marcação mais interessante que existe está aqui, por exemplo. Uma delas. Há uns dois anos atrás, participando de uns grupos de estudo, eu descobri que nesta época aqui, você tem um negócio chamado poda neuronal. Nós nascemos com X bilhões de neurônios e depois de um tempo, nesta época, quando você tem 11, 12 anos de idade, a partir de como sua estrutura de cognição foi montada, como é que seu cérebro montou as conexões, o teu corpo toma uma decisão de cortar fora um conjunto de neurônios que não são úteis. É tipo 20, 30%. Isso me diz de que as disponibilidades de estruturação cognitiva de serem estudadas são distintas nestas fases daqui. E posteriormente tem um processo de perda. E aqui, entre jovens adultos e maturidade, têm estudos que falam de plasticidade cerebral. Então existem outras estratégias. Uma das razões que você tem, por exemplo, para uma ação neolinguística, é que existe esta possibilidade aqui. Então isto daqui, deveríamos levar em conta. Que eu tenho um jeito de construir educação para esta turma. Para esta, para esta. Quer dizer, cada um deles tem um jeito diferente ou condições primárias a serem abordadas distintas. Isto já está refletido que é a segunda variável, nas diferentes tentativas em escolas de pedagogia. Cognitivista, tradicional, escolástica. Quer dizer, na verdade, todos eles tentam tratar esses elementos de alguma maneira. Ou não tratar. Quer dizer, tem gente que vai te dizer que você não educa ambientalmente um adulto. Então essas duas coisas têm que ser levadas em conta. Personalidade social significa dizer que nosso público-alvo pode ser visto a partir dessa estrutura. Eu tenho pessoas físicas, mas também tenho pessoas jurídicas, organizações de forma geral. Todo mundo aqui precisa de educação. Do ponto de vista ambiental e de Cultura de Paz. Ou poderia ter, receber. Que são os agentes. Eles são protagonistas das questões. São pessoas. Nas pessoas físicas, você pode dividir as pessoas físicas por um certo caminho. E você pode dividir organizações por outro. Isso não é extensivo. Isso é exemplificado. Porque na pessoa física eu tenho, por exemplo, essa estrutura aqui, que cabe lá dentro. Mas o importante é fazer a construção dos nichos, para saber como trabalhar. Por fim, os tipos de ação, que são coisas que a UMAPAZ veio trabalhando de um jeito ou de outro. Você tem eventos, cursos livres, palestras, graduação, extensão e cursos técnicos. A gente não trabalhou em graduação. A gente trabalhou em pós-graduação no passado, e estamos retornando esse ano que vem, com uma pós-graduação lato sensu. Mas podemos, depois, pensar como atingir. Qual é o ponto aqui? O ponto aqui é que quando você fala em segmentar, e aí é onde a coisa, às vezes, dá problema, o que você está falando, na verdade, é que você combina todos estes elementos. Uma segmentação precisa deveria combinar uma estratégia para a primeira infância, conforme a região e a renda. Que famílias que são assalariadas em cima de cursos técnicos ou de eventos ou de palestras. Este trabalho, por uma questão de processo natural, ainda não foi feito. A diferença que está proposta aqui, é que a gente olha a partir destas matrizes, e enuncie políticas e princípios. Então aí, cada um que quiser fazer alguma ação ambiental, terá uma referência para discutir. Eu quero fazer educação ambiental de jovens adultos. Na região tal, onde eu tenho minha ONG. E quero que o empresariado participe. Então vamos discutir quais são os instrumentais que a gente aprendeu. Vamos aprender juntos. Vamos criar uma



capacidade de pensar e de propor. Com o passar do tempo. O problema aqui é que isto é complexo. Quando eu tenho uma segmentação unidimensional é fácil. Eu vou lá e segmento por renda. E faço uma política do meu banco, de atingir diferentes classes de renda. Quando eu faço a primeira combinação, que é um plano cartesiano, já começa a ficar um pouquinho mais complicado. A hora que eu tenho três vetores, que é ao cubo, ficou mais difícil, porque está espacializado, o raciocínio. Eu estou com quatro vetores. E na verdade, eu estou com quatro mais um, porque aqui eu combino esses dois. Onde está a questão fundamental aqui, para mim? Isso é importante do ponto de vista de orientação do processo de construção de pedagogias e de sinergias com todas as iniciativas. O ponto fundamental para mim está aqui. Quando eu falo de educação... Vamos falar só de Educação Ambiental, mas Cultura de Paz também serve. Nós estamos falando que têm esses públicos todos aqui. Ah, bacana. Estes públicos todos aqui, turma, são 11 milhões de habitantes em São Paulo, que tem todo mundo. Quer dizer, ponto aqui. Em tese, educação ambiental serve e é demandada e deveria atingir todos. Que todos, consumimos, geramos lixo, temos uma posição política a assumir, temos uma posição comunitária. Todos. Então, olha só o que acontece: se você comparar com as iniciativas de educação formal, elas estão separadas e segmentadas em pedaços dessas árvores. Uma parte, por exemplo, é educação de jovens adultos e adultos. Está com a iniciativa privada. Que foi o que se consolidou nos últimos anos, em um país com financiamento de FIES. Uma parte de primeira infância e crianças é o município. Não exclusivamente. Uma parte boa dos adolescentes é o estado e a federação. Enfim, existem destinos e recursos, verbas, estrutura. Então aqui tem um paradoxo fundamental que não se endereça. Desde que começou a existir a discussão de (incompreensível) sustentável e educação ambiental, (falha áudio) com um pouco de recurso, com um pouco de gente. Temos muita ambição. Queremos que todo mundo aqui se comporte melhor ambientalmente. Queremos que todo mundo aqui participe mais. No entanto, é uma comparação... como é que eu vou dizer? Brutal. Se eu olhar o recurso que existe disponível... eu estou falando em termos de sistema. Não estou falando só de um locus, prefeitura de São Paulo. Não é isso. É uma opção que socialmente é feita, mas não explicitada. Então se quer- uma educação ambiental, se quer uma Cultura de Paz que tenha efetividade, ela precisa estar socialmente suportada por fontes de recursos. Detalhe: não estou falando que esta é uma pressão sobre fontes de recursos na administração direta da prefeitura municipal de São Paulo. Vamos ser realistas. A prefeitura tem uma estrutura, tem orçamento e de finalidades. O que eu estou falando é que ou existe um interesse comum que é não só da UMAPAZ, da Secretaria do Verde, ou do prefeito, de quem quer que seja, mas da sociedade que prioriza e, portanto, pensa nesse assunto na proporção que deveria ser pensada, enquanto importância e relevância. Ou ficamos aqui nesse processo de fazer o possível com o que possível e aparece. E é uma opção. O que está se tentando é deixar claro esse ponto. As alternativas, na medida em que eu tenho esse imenso volume de população como alvo, é, ou optar por um pedaço só, ou tentar maximizar. E aí tem essa matrizinha aqui, uma brincadeira, que é assim: a UMAPAZ, ou a educação ambiental de forma geral, ela pode se pensar como algo direto e algo indireto.



Na verdade, as duas coisas (incompreensível) e precisam ser pensadas. De forma direta, é que nós fazemos uma intervenção. Então tem aí um programa de aventura ambiental. Tem uma escola com as crianças, não é assim? Então isto é uma intervenção direta. Está se procurando oferecer valores, e conhecimentos e atitudes, para as crianças. Então estamos atuando aqui. Aí a gente vai lá e faz o programa que nós apoiamos aqui, as duas moças, por sinal, que estão aqui, a Lia e a Débora, o PAVS. Não é verdade? O PAVS pensa como multiplicação. O PAVS foi pensado como construção de multiplicadores, não é verdade? Então é indireto. Eu vou formar professores. Indireto. Qual é o ponto? Para eu fazer as duas coisas, são duas estruturas distintas. Existe uma tentativa dentro da Secretaria, de maximizar, por exemplo, as estruturas diretas através do DGD. Legal. Tem gente? Temos estrutura? Vamos ver. O ponto é que é evidente que tem que fazer as duas coisas. Mas as duas coisas precisam ser claramente entendidas enquanto desafios, de recursos e de formatos. Por outro lado, existiu a tentativa e o pensamento, que ainda existe, de se fazer educação presencial e à distância. Perfeito. Tivemos uma experiência de educação à distância na história da UMAPAZ. Seis meses. Outro: não é banal. Educação à distância é uma especialização. Precisa de investimento. Mas, conceitualmente, são os quatro polos que caracterizam quatro formas de estruturar recursos e de investir. A forma de construir extração de recursos, na minha opinião e na minha tentativa, é de composição com os recursos para além da administração direta. Então, iniciativa privada, ela tem que se comprometer com recursos. Porque ela é parte do problema e da solução. As grandes empresas, as ONGs, os fundos internacionais. Nós temos que trazer para o Brasil... Os Estados Unidos da América do Norte tem hoje, orçamentos e recursos de terceiro setor para educação ambiental, da ordem de 5 bilhões de dólares. Vamos pegar lá. Os alemães têm fundos grandes. Então a gente tem que buscar recursos para compor no projeto. Quais são os caminhos e as diretrizes que estão agora sendo implementados? O que está acontecendo? O detalhe que eu botei lá no começo, só para entender... tudo isso que eu estou falando é em paralelo. A UMAPAZ continua funcionando. Então a gente tem a Carta da Terra em curso, uma nova Carta da Terra, nós temos um ciclo de discussão sobre paz, que está em curso, têm as ações ambientais, os cursos, os apoios às escolas, e assim por diante. O ponto é que precisa melhorar. Então, o que nós estamos falando? Primeiro, fazer a lição de casa. Que é que nós, aqui dentro, fazemos as nossas discussões. Estamos fazendo. Uma diretriz que está aí como caminho: atender a população da cidade em geral, não está distinto que a gente não pode atender alguém, mas tem que dar prioridade às classes de menor poder aquisitivo, porque sugere inclusão socioeconômica. Recuperar e reconfigurar algumas ideias originais do que deveria ser a UMAPAZ. Talvez ser uma universidade de verdade. E ser um gerador de conhecimento e auxílio para que as outras ações de educação ambiental ocorram. Eu não defendo, absolutamente, que todas as ações sejam feitas pela UMAPAZ. Isso é impossível. É bom atender essa cidade toda. Mas ela precisa ser feita com ordenação. E com maximização de resultados. Buscar recursos fora da administração direta. Isso eu acabei de falar. Formalizar parcerias internas, coordenando a educação ambiental conforme a PMEA, que



é a Política Municipal de Educação Ambiental. Estamos agindo no sentido de que essas conexões sejam pacificadas. Que elas partem de pressupostos conflituosos. Porque é evidente, o sujeito está na seara dele, e ele quer fazer com que a educação ambiental funcione dentro da perspectiva que ele precisa. É uma demanda social. E se a gente vira parte do problema, isso não ajuda. Então nós estamos começando a ser parte da solução, cooperando com as demais Secretarias. E isso vai bem. Reativar ou iniciar parcerias externas, locais e internacionais. Então as externas, têm uma série de parceiros no passado, que haviam se afastado da UMAPAZ, por uma série de motivos, que estão voltando. Estamos buscando, que são as ONGs que (falha áudio), venham à UMAPAZ. Estamos querendo praticar uma política de inclusão e participação social. E isso está em andamento, sim. Por exemplo, cadê o Azzoni? Nós estamos conversando para construir junto com a Associação Comercial de São Paulo, já encaminhamos a primeira conversa, já está consequente, ele já fez os primeiros movimentos lá, eu já fiz aqui. Nós vamos construir educação ambiental juntos para o empresariado que está lá na Associação. A Associação tem 200 anos, não é, Azzoni, de existência? Cento e tanto. Quer dizer, ela é representativa. Ela é articuladora. Então nós estamos fazendo uma parceria. Que logo nós vamos botar aí para o nosso Secretário assinar. Construir e implementar uma política de prestação da sociedade civil na UMAPAZ. Isso está em processo. Objetivamente, existe uma equipe que está agora, discutindo como isto será objetivamente articulado. Tem propostas. Vamos discutir. Já falei com a Cristina que nós vamos conversar algumas coisas. Quer dizer, vamos aproveitar essas relações para fazer com que isso funcione. Constituir três centros de estudo, a partir das experiências. Eu estou propondo isso internamente, é preciso que a equipe concorde. Mas eu acho que vão concordar. Que eu queria que fosse Água, Lixo e Violência. Por que centros de estudo? Porque centros de estudo são o embrião do pensamento universitário de pesquisa. E porque através deles a gente conecta incentivos fiscais, recursos incentivados para o meio ambiente e iniciativa privada. No passado nós tivemos, por exemplo, um centro de estudos de água, patrocinado pelos recursos que vinham da Eucatex, ali na Barra Funda, que tinha conexões internacionais, e pesquisa de ponta. Isso há 30 anos atrás. Na época, eu era consultor do CNPQ, eu fui lá para conhecer essa experiência. E geravam conhecimento de ponta aqui no Brasil. Então dá para fazer. Manter os programas atuais. Estão em andamento. Curso e atividades. Mas tentar ampliar o alcance já, em direção às populações da periferia. Isso é uma discussão que está em curso, de como fazer. Tem a ver com recursos internos da Secretaria, por enquanto. E iniciar em 2014, o primeiro ciclo de debates na UMAPAZ, que vai girar pela cidade. E conto com a ajuda dos representantes da sociedade civil aqui. Nós vamos trazer nomes importantes em um assunto e vamos trazer nomes importantes na representação social. E vamos botar para debater com a comunidade. Isso está em estruturação. Eu dou notícias melhores disso assim que possível. Mas eu estou querendo que isso comece aí, durante o segundo semestre. As chances são boas. O primeiro pedaço do trabalho foi feito. A gente agora precisa continuar para fazer a viabilização dos palestrantes. Por fim, que é que seria o sonho de futuro, porque sem objetivo, sem um pouquinho de imaginação e sonho, a



gente não vai andar. O sonho futuro é que a UMAPAZ seja uma estrutura que saia de ser uma estrutura reativa e que está encolhida por uma questão de recursos, para ser uma estrutura pesquisadora e propositiva. Além de educadora. Sozinha, não, através de um conjunto de parcerias internas e externas. Significa dizer que ao invés da gente ser graduação, extensão e pesquisa, é nós sermos ensino, pesquisa e produção. Ensino em todos os elementos que a gente puder atuar. Ou com parceiros, ou diretamente. Então por exemplo, no ano que vem, nós vamos voltar com um curso de pós-graduação *latu sensu*, em parceria com a Unesp. Está sendo negociado neste momento. Esta semana vai para o Conselho da Unesp, volta, e de lá vai para o Secretário para a gente assinar a parceria. Estamos conversando com outras universidades privadas, porque elas têm interesse de fazer parcerias nesse sentido. Então está andando também. E o resto, vamos ver, com o passar do tempo, como vai acontecer. Pesquisa: educação, tecnologia sustentável, interesse social, fomento, legislação e trainees. Assumir posição e gerar conhecimento e publicação nesses assuntos. É possível, viável e necessário. E produção. Temos que publicar, no passado, já fizemos publicações. Estamos tímidos. Temos que voltar a publicar a partir de pesquisa e a partir do conhecimento interno. Mobilizar conhecimento, e fazer com que ele cicle. A gente pode ser, no futuro, construir indicadores. Para a gente ter uma posição do ponto de vista de diagnóstico e de receita. Projetos específicos, eventos, certificação, parcerias internas com as Secretarias, com o Estado e com a Federação. E externas com universidades, (incompreensível) e ONGs. A UMAPAZ pode, no futuro, eu espero, ela ser uma intermediária de grandes fundos internacionais para investimento em questões ambientais no Brasil. Ela tem essa isenção. E os fundos precisam essa interlocução. E incubadoras de empreendedores sociais e ONGs. Isso está sendo discutido a partir da experiência do projeto Braços Abertos, que foi muito bem, e a partir de uma história de construir, especialmente com a Escola de Jardinagem, capacitação de trabalho. Então isso está em discussão com a Secretaria do Trabalho do município para criar um programa social apoiado em coisas que a gente possa fazer aqui. E as ONGs, no sentido de ajudar que as ONGs sejam capazes de existir e sobreviver. Quer dizer, abrigar e nutrir ONGs. Eu vou parar por aqui, porque eu acho que é o que eu gostaria mesmo de falar no momento, e qualquer pergunta, estamos aí.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Por favor, acendam a luz. Agradecemos a apresentação do professor Helgis, e os Conselheiros que quiserem a palavra, por gentileza, se inscrevam. Conselheira Cristina Antunes, por gentileza.

**Cons. Cristina Antunes:** Helgis, parabéns. A gente estava com essa expectativa. Uma expectativa enorme com essa apresentação, com essas propostas de intervenção na UMAPAZ. Eu tenho várias observações. Algumas que eu fiz ao longo da apresentação, e que agora, no final, você resumiu. Ou reuniu. Quando você fala de conflitos, você colocou sobre a utilidade dos conflitos. Eu entendo que conflito realmente são uma oportunidade para reflexão, para reorientação de posições, e para crescimento. No



entanto, para a gente baixar para o nível bem real, da atuação do município, os conflitos são todos contaminados por interesses político-partidários. Quer dizer, a gente tem ações positivas, promissoras, que trabalham os conflitos de um jeito que deveriam ser... se fosse só dentro da sociedade, que deveriam ser limitados aos interesses econômicos, como você falou, que realmente permeiam todas as ações, mas infelizmente, a gente tem uma contaminação de interesses político-partidários. E eu não vejo como a gente pudesse administrar isso em um programa de resolução de conflitos. A gente tem vivido isso, a gente tem enfrentado isso continuamente. Nós passamos por várias administrações, e isso quebra as pernas da sociedade civil. Das mais bem intencionadas que sejam. Então a gente precisava incluir nessa discussão, uma forma de realmente passar o poder para o povo. Porque o povo não tem poder. O povo, em tese, poderia tudo, mas não pode nada. Porque cada vez que muda uma administração, a gente tromba com resistências diferentes, com propostas diferentes. Eu quero dar como exemplo, que é focado diretamente com essa questão ambiental, o que eu coloquei aqui, sem brigar com a Olga. A questão da discussão do Plano Diretor trazendo muito para o real, uma situação muito atual. O Plano Diretor deixou aberta a janela para implantar um aeroporto Parelheiros. Isso é um interesse claramente econômico. Que foi patrocinado, apoiado, diretamente ou não, pela administração pública, porque não freou, não impediu que isso daqui constasse. A mesma coisa se aplica às licenças ambientais, que são profusamente emitidas por esta Secretaria, que hoje aqui, no nível do município, é responsável por isso. Mesmo que seja para projetos predatórios, sabidamente predatórios, como por exemplo, aquele projeto lá, ao lado do Panambi. Então, por mais que a gente entenda essa lógica da UMAPAZ, como uma coisa extremamente promissora, extremamente bem-vinda, necessária, ela não reflete, ela também vai ter as pernas quebradas pelos interesses político-partidários da hora. Então isso é uma das questões. Eu não sei que mágica você vai conseguir fazer para neutralizar isso. Eu entendo que toda programação, todo objetivo que você está colocando é extremamente bem-vindo. Eu acho que nós esperávamos muito por isso. Você incluir pesquisa e projetos nas atividades da UMAPAZ eu acho que é uma coisa de uma maturidade fantástica. Porque a gente deixa de ser uma faculdade, uma instituição limitada para realmente abranger ações que a sociedade civil pode ajudar a promover. Mas eu tenho essa preocupação com relação à viabilidade disso, porque nós vivemos em um ambiente político-partidário que não é maduro. É um ambiente medieval, de domínio, do poder que está lá com a caneta, naquela hora. Com relação à participação da sociedade civil, isso também acontece. A gente sabe que têm essas questões de interesses localizados, mas o diálogo é mais fácil. A negociação é mais fácil. A gente realmente fica limitada quando vem uma canetada de cima e determinam quais vão ser os destinos da cidade pelos próximos quatro anos, ou eventualmente, oito anos. Essa segmentação do público-alvo, eu acho extremamente interessante a colocação que você fez. Quer dizer, a gente não está tratando de uma educação para crianças, então você faz para a faixa etária até 12 anos. O fato de você ter esse olhar para 11 milhões de habitantes é extremamente realista. É um olhar novo, eu entendo. Porque até agora, até onde eu conheço, não conhecia com profundidade, as ações aqui



da UMAPAZ, as que chegavam ao conhecimento da sociedade civil, do nosso universo, eram programas de projeto de educação ambiental via paisagismo, cursos localizados, meditação, coisas desse tipo. Que são todos absolutamente válidos, mas insuficientes para atrair a população maior, e para dar resultados mais concretos. Com relação a essa multiplicação dos efeitos da ação da UMAPAZ, eu tinha colocado aqui, já, uma relação de instituições de financiamento, e aí, eu vou limitar ao FEMA, que é a municipal. Uma vez a gente conversou sobre isso, sobre o que define os editais do FEMA. Do que define e qual vai ser a aplicação dos recursos do FEMA. E eu entendo, o Luis está acompanhando isso lá no CONFEMA, eu entendo que os recursos do FEMA estão sendo sangrados para objetivos errados. Como é que a UMAPAZ pode intervir nisso? Como é que a gente pode, com essa lógica de Educação Ambiental, usar os recursos do FEMA, que é um recurso que é um fundo municipal importante, para objetivar para essa linha. Fora isso, existem outros: FEHIDRO, que é estadual. O FID que é estadual. E as entidades particulares, o Instituto (incompreensível), o Instituto Bradesco, Boticário, Natura, todos eles têm projetos ambientais. Então estabelecer essa parceria com eles seria extremamente importante. E como você falou, criam possibilidades de sobrevivência para as entidades da sociedade civil, que precisam de uma mudança de legislação, inclusive. Porque elas vivem à míngua. A contribuição dos moradores, a gente sabe que, muitas vezes, é impraticável, principalmente em determinadas regiões. Então isso daqui capitaliza as entidades. Nós temos usado isso lá na SAJAPE, na Ciranda, mas a gente depende dos editais. A gente depende que saia, por exemplo, um edital do FEMA, que acolha projetos que a gente possa desenvolver em pesquisa, como projeto prático, e como multiplicador de ações da prefeitura. A gente estava conversando aqui no começo, a questão dos ecopontos, fizemos um projeto de compostagem. Foi exemplar. Foi multiplicador. Teve um efeito fantástico. E foi barrado pela própria legislação, da Secretaria. E aí entra essa questão das políticas contraditórias. A gente tem um horizonte de demandas, de necessidades, de urgências ambientais, que trombam com políticas absolutamente contraditórias. O exemplo mais crasso, mais óbvio, são os subsídios para a indústria automobilística. Quer dizer, a gente faz um monte de projetos, campanhas de diminuição, de redução de poluição, e vem o governo e dá subsídio para uma indústria que bota mais carro na rua, que compromete o trânsito, compromete a saúde, compromete toda a questão de mobilidade. Então como a UMAPAZ poderia intervir nessas questões, que no limite, envolvem a própria política partidária da vez? A UMAPAZ deve ser uma universidade perene. Deve sobreviver a diversas administrações, diversas lógicas partidárias. Você sabe que a sociedade civil tem todo o empenho. A gente não estaria aqui se não fosse por isso. Tem todo empenho em contribuir para que essa cidade funcione melhor, em todos os sentidos. Então, a pergunta que eu coloco no fim de tudo isso é: qual é a possibilidade, qual é o fôlego que essa tua estrutura, que eu acho que está impecável, vai ter, para enfrentar essa situação?

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Professor Helgis.



**Cons. Helgis:** Obrigado, Cristina. Eu acho que o primeiro ponto é discutir um pouquinho quais são os indicadores realísticos que estão presentes. Com o perdão da autoreferência, mas eu juro que não é Narcise, o fato de eu estar aqui, é um indicador. Porque eu não sou de nenhum partido. Eu não só não sou de nenhum partido, como não tenho nenhuma tradição de estar na administração pública. Portanto, a escolha do nosso Secretário sinaliza uma possibilidade. Não estou dizendo que ela resolveu os problemas. Porque senão, eu não estaria propondo nada. Acho que é um primeiro dado de realidade. O segundo dado tem sido o próprio discurso do Secretário com relação a valorizar a fiscalização da sociedade civil. Eu levo ele muito a sério. Quer dizer, (incompreensível) levo a sério. Não é o suficiente. Eu só estou dando um pequeno (incompreensível). Mas é o que me alimenta. Quer dizer, se eu fosse olhar só pela ótica dos obstáculos, eu vou fazer outra coisa. Eu, pessoalmente. Eu não acho. Eu acredito que é uma possibilidade. E vou te dizer qual é a minha crença. E é evidente que crenças estão aí, ou para serem validadas ou invalidadas. Vamos ver. A minha crença é que a demanda pela questão de Cultura de Paz e Educação Ambiental, ela é tão premente, ela é tão presente, ela é tão social, que o que nós precisamos constituir, são mobilizações que não gerem confrontos. Nós precisamos construir algum tipo, alguma opção de construção deste vínculo entre a sociedade civil e a administração pública, através da UMAPAZ. O que eu tenho por expectativa é que, a partir de um processo de pacificação interna dos interesses políticos, que eu acho que está em curso, no que se refere a este assunto, nós vamos poder discutir a formulação de um projeto comum, com a sociedade, que está em embrionário. Primeiro precisava organizar as ideias. Eu acredito na força do comum, da comunidade. Mas ela precisa ser apresentada. Não porque eu acho que a comunidade vai confrontar, vai brigar, vai quebrar a prefeitura. Não acredito nisso. O que eu acredito é que a partir do momento que a UMAPAZ for entendida como um projeto de interesse da sociedade, ela tem todas as condições de mobilizar o que for necessário. Porque as pessoas se apresentam. Isso soa romântico, mas isto é uma opção preliminar que eu faço. Até da minha própria estrutura de estudo. Quem defende esse assunto é um filósofo que participou de lutas ferrenhas na Itália, que é o Toni Negri. O Toni Negri diz o comum é a essência que empodera a instituição. Então o que eu acredito como caminho, é que no momento que eu enuncio, esse enunciado é para nós. Vamos também ter enunciados distintos. E você abre os canais de participação, e eles estão autorizados, no sentido do exercício do poder de plantão, então vamos abri-los. Se a tua proposição é válida, ela é abrigada. Primeiro. Segundo, isso aqui é o começo da conversa. Já falei para você. Eu falei com outras pessoas, em outras ONGs, para ouvi-los. Ainda vamos andar nisso daqui. O sucesso ou o insucesso dessa empreitada depende dessa inserção do comum com a sociedade. Então nós aqui, na UMAPAZ, precisamos ouvir. Porque se eu ficar aqui na posição de dizer o que vocês devem fazer, quebrei a cara. Então já sei disso. Isso aqui não é o que eu estou dizendo: é. Acabou. Isso aqui é um conjunto de ideias. Elas vão ser abertas para todo mundo debater. Agora, em algum momento, vamos chegar a um acordo. E aí vamos começar a andar. O problema que se estabelece é que neste assunto particular, diferentemente do que acontece nos



processos de educação tradicionalmente falando, eu não tenho uma relação entre cronologia e demanda favorável. Você só começa a discutir educação ambiental quando a coisa já está ruim. Quer dizer, o tema aparece a partir do momento que a humanidade atravessou barreiras que não devia ter atravessado. Quando eu falo da marcação em 1957, começou a discussão porque tinha um rio nos Estados Unidos, que pegava fogo. Ele, em um ano, pegou fogo 7 vezes. Você imagina o que são dois quilômetros de rio, pegando fogo. Isso, em 1956. Então, o que você faz? O Tietê está poluído há quanto tempo? Como é que eu despoluo? É rápido? É muito mais rápido para criar o problema, e muito mais lento para resolver. Educação ambiental não é diferente. Tem uma falácia que se costuma fazer, que eu não gostaria que a gente caísse. É que é uma impaciência. Não dá para trocar o pneu da Kombi com ela andando. Isso é uma figura de linguagem, turma. Não existe. A Kombi capota. Tem que parar, trocar e continuar. Nós temos que escolher o momento de fazer isso. Tem que fazer como? Ou seja, nós temos que acertar um acordo e vamos continuar fazendo o possível, não quero que pare, mas nós temos que ter paciência de construir o futuro. E esta é uma das falhas estruturais da coisa pública no sentido geral, porque ela responde a demandas de quatro em quatro anos. No nosso país está pior. Ela responde demandas de dois em dois anos. Eu não sei onde é que os caras estavam com a cabeça quando eles construíram este calendário. Então de dois em dois anos, eu preciso dar respostas imediatas a problemas estruturais. Não dá certo. Não funciona. Agora, só tem esse espaço, esta operação, porque também ela não é finalística. Se eu estivesse na Saúde, esquece. Não tem essa conversa. Por quê? Porque também se há de convir que o Meio Ambiente aguente mais um pouquinho. As pessoas estão se adaptando. Então nós temos uma chance. Mas temos que trabalhar duramente, e rápido, para que as coisas se formem em comum. Nessa hora, eu tenho convicção de que todos os elementos válidos atrairão o apoio dos recursos necessários. E coisas simples. Quando eu falei da Associação Comercial de São Paulo, esse é um movimento de comum. Azzoni, você pode, por favor, até explicar um pouquinho, porque é válido. Porque a ótica dele é complementar à ótica que eu estou colocando aqui. Nós estamos fazendo uma aliança em comum. É bom para lá e bom para cá. Então isto dá para fazer. E eu acho que isso nos dá visibilidade de futuro. Agora, tem muita luta por aí, Cristina. Não é simples, não.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Conselheiro Ivo com a palavra.

**Cons. Ivo:** Ivo, Leste 1. Desculpe o atraso. Porque eu perdi uma... nós somos da Agenda 21, São Paulo, e particularmente Macro Leste, e a gente trata da questão ambiental há muito tempo. Inclusive na área da educação. Porque a Rute é uma expert. Eu sou Leste. Vim conhecer aqui, a UMAPAZ, através da Agenda 21. Vim estar aqui, nessa universidade livre, através da Rute, quando nós começamos a construção dos CADES regionais. Enfim, é uma história que vem de lá para cá. A minha expectativa é que se dissemine mais essa unidade. Que vá para o Parque do Carmo, que nós temos quase 5 milhões de habitantes na Leste, que precisam estar se educando através dessa bandeira, que é muito interessante. Nós fizemos,



pelo Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste, um encontro com o pessoal para o empresariado, falamos com relação a resíduo. Eu estava falando com meu amigo ali, que toca essa questão, mas de certa maneira, é interessante. Foram convidados para o Santa Marcelina, um monte de empresários para... Teve o Silvano Silvério dando palestra, teve gente de qualidade falando sobre o reaproveitamento que deixaram de fazer antes, que agora é dinheiro. Que a gente costuma dizer que amanhã o RCC da construção vai estar valendo uma fortuna, daqui a cinco anos. Vai valer uma fortuna. E ninguém vai estar jogando nas praças, mais. Então eu acho que são bandeiras que, realmente, a UMAPAZ deve tomar. Mas particularmente, o meu desejo é que ele vá para a Leste. Que se abra lá um espaço, para que a gente possa trabalhar o pessoal da leste, são quase 5 milhões de habitantes. Então não é um pedacinho de chão. É um histórico de educação. E vocês são exemplo, uma referência. Obrigado.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Conselheira Viviane.

**Cons. Viviane:** Bom, eu acho que como representante da educação, eu só tenho para te dizer que a gente congrega das mesmas ideias em relação à educação ambiental. E eu quero deixar registrado em ser uma agente lá dentro da Secretaria, para que a gente possa articular de uma forma com os nossos professores, para a gente poder chegar até a ponta, que realmente são muitos. Para a gente pegar a primeira infância, criança e adolescente. E parabenizá-lo.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Mais algum Conselheiro ou Conselheira que queira se manifestar? Por gentileza.

**Marta Amélia:** Bom dia. Sou da ABES Engenharia.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Seu nome, por favor.

**Cons. Marta Amélia:** Marta Amélia. Tudo que se planeja para repensar vem de bom agrado. Principalmente quando se refere à ideia de comum a todos. É uma história que eu acho que até agora, a gente teve muita construção com a UMAPAZ, do jeito que ela era. Refinar, rever, faz parte das organizações, e do conjunto de pessoas representantes, principalmente quando se trata de algo público. Tem que rever as demandas, necessidades. E eu fiquei aqui me questionando durante toda a apresentação, qual o principal objetivo da UMAPAZ? Durante esse tempo todo, eu vi sobre a linguagem da paz, sobre a educação para todos os públicos aí mencionados. Talvez de uma forma meio... no mesmo balaio, não diferenciado. Mas se construiu muito nesse tempo. A proposta agora, pelo que eu entendi, da segmentação, eu acho que ela é muito boa. Bem-vinda. E se faz necessária, pela mudança dos tempos. Pela nova tecnologia. Pela rapidez. Aí, a proposta à distância e presencial. Mas eu gostaria, realmente, de fazer um pedido e uma colocação sobre os indicadores sociais e ambientais. É uma carência quando a gente, de uma organização, ou na área de ensino, a gente tenta trabalhar. Nós temos aí, os indicadores tão famosos e falados, o ETHOS. Mas não conseguimos fazer com que as organizações ou os



empresários entendam o que são indicadores ambientais e sociais. Então assim, nessa hora de reforma, de remodelagem, que tivesse uma remodelagem com esses indicadores, pensando no comum. É meu pedido.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Eu queria deixar claro aqui para a conselheira, o seguinte: nós estamos fazendo apresentação da UMAPAZ pelo professor Helgis. E a Secretaria está aberta e ele deixou aberto aqui, para que vocês contribuam. Quer dizer, não hoje, aqui não dá para todo mundo contribuir. A gente abriu uma mesa. Mas o professor Helgis, com certeza, se pôs à disposição para que vocês tenham algo a acrescentar ao trabalho, que procurem o professor, que ele está aberto. O senhor gostaria de falar, professor?

**Cons. Helgis:** De fato, esta posição está estabelecida. A gente está ativando esses contatos, mas não tem fila. Quer dizer, vamos lá. E de fato, Maria Amélia, nós só estamos aqui hoje, e só podemos discutir o que discutimos, porque a UMAPAZ tem uma história. Porque ela conseguiu realizar algumas coisas. Ela conseguiu se posicionar. Eu sempre digo: aqui tem uma alma. A gente tem problemas, mas a gente tem capacidade interna, e tem realizações feitas, sim. O que nós queremos é o próximo passo. E que é difícil. E que não pode ser cobrado do passado. Porque não foi assim que foi proposto. E porque a história dos recursos é real.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Vamos ver os dois últimos Conselheiros inscritos. Azzoni, por gentileza. Depois, dona Olga.

**Cons. Azzoni:** Azzoni, da Associação Comercial. Nós estamos alinhando, tentando alinhar com a Associação Comercial, é justamente como o Ivo falou, eu sou da formação dos Cades Regionais, daquela parte embrionária. E eu aprendi muito nesse tempo, e a legislação ambiental, ela é muito vasta. E a maioria dos nossos associados, da Associação Comercial, eles desconhecem a legislação. Não porque eles são displicentes. Porque realmente ela nunca teve essa amplitude que ela está tendo hoje, e a sua fiscalização. E com a Política Nacional de Resíduos surgiram algumas coisas que deveriam ter sido feitas por todo o empresariado, e que envolve os nossos associados, que são os comerciantes, que é o Plano de Gestão de Resíduos. Aí, com uma conversa com ele, a gente estava vendo que precisaria fazer alguma coisa nesse sentido, e nós estamos alinhando. Não só isso. Nós já conversamos também, sobre algumas escolas, que pela nossa formação, Ivo, não é, que a gente acaba indo em escolas, falando com as crianças, e a gente acaba conhecendo algumas escolas, e a questão da Cultura de Paz, a gente já falou em duas escolas, (incompreensível), de a gente tentar levar a ideia da Cultura de Paz para essas escolas, porque em relato, falam que a coordenadora e a diretora comentam que a agressividade hoje, das crianças, está vindo de casa, pela omissão dos pais, ou por questões de relacionamentos entre pais e mães, e a criança acaba descontando essa violência de casa. Por isso que nós acabamos nos afinando tanto nessa questão. Foi fora do contexto da Associação Comercial. Foi uma questão de cidadão nesse aspecto,



nessas duas escolas. E inclusive a ideia do Helgis também é uma questão de tentar mostrar para os comerciantes como que funciona a lei ambiental, a de fiscalização, também. Tentar levar essa ideia de usar a UMAPAZ justamente para esse setor segmentado. É importantíssimo. Então é só para complementar o que a gente está alinhando e conversando.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Obrigado. Com a palavra, Conselheira Olga.

**Cons. Olga:** Bom dia a todos. Professor Helgis, com certeza as pessoas que criaram essa universidade da paz aqui, a UMAPAZ, devem estar muito felizes hoje. Pela oportunidade que você está dando, de reflexão. Esse papo-cabeça foi maravilhoso. E eu imagino a capacidade que vocês estão tendo, de desenvolver esse trabalho. Muito bom. Eu queria só dar uma... Você falou uma coisa que foi muito oportuno para mim, porque eu tinha um pedido do meu filho para trazer aqui hoje. Meu filho é arquiteto. Ele está trabalhando lá no fundão de São Paulo. Não sei se vocês conhecem a região Sul de São Paulo como eu conheço. Inclusive a gente tem casa lá, tem chácara lá. E ela é uma área muito, digamos assim, não sei se ela é esquecida, ou se ela é desprovida de... enfim, é uma área assim, de baixa atividade socioeconômica, e o grande problema dessa área é o alcoolismo. Você falou isso aqui hoje. Associou a questão da carência de atividades. Você usou um termo muito bom, e a questão do alcoolismo nessa região Sul. O meu filho é arquiteto. Ele falou: mãe, o dia que você puder, põe em pauta esse assunto, porque eu acho que essa região de mananciais... hoje, o pessoal da nossa prefeitura, até em especial o Fernando Melo Franco, que é o meu Secretário, ele está muito entusiasmado. Ele gosta muito de natureza. Acha muito bonito aquilo lá. E quer desenvolver um plano de turismo, lá. E tem também outra ala, da qual eu faço parte, que é desenvolver, e conseguirmos ter a vitória de assegurar a área rural, lá. Ela está fora do perímetro urbano, hoje. Mas o problema do alcoolismo é uma lástima. É um povo assim, decaído. É isso aí. Eu queria saber o que a gente poderia, dentro do seu contexto aqui, fazer por essa questão.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Olga, a área que você está falando é em Parelheiros?

**Cons. Olga:** Sim. Parelheiros.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Eu estive sábado lá. O Secretário está olhando com carinho. Está preocupado com essa parte de ecoturismo. Existe de um vereador, Alfredinho, um projeto que deve ser sancionado sobre isso. Mas a Secretaria do Verde vai atuar fortemente nessa área, e eu estive lá sábado, o dia inteiro. Saí eram 8h00 da noite, daquela região. Está bom? A pedido do meu Secretário.

**Cons. Olga:** Está ótimo. Eu vou contar para o meu filho. Agora, o seguinte: eu acho que essa questão do alcoolismo é uma coisa de fundo. Se a gente puder refletir sobre isso aqui, sobre o que o professor falou, eu acho fantástico.



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Está bom. E logo, logo, com certeza, eu posso falar que nós teremos um programa de impacto muito grande para a sociedade, lá. Pode ter certeza que deve ser lançado até o final de agosto ou começo de setembro, pelo prefeito.

**Cons. Olga:** Então, e nós que fazemos parte das duas APAs, aliás, já estamos dando a nossa contribuição. E a gente gostaria de ser cada vez mais envolvido nisso.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Está ok. Obrigado. Por último, a Cristina Antunes.

**Cons. Cristina Antunes:** Só para confirmar o empenho com relação à área rural, eu acho esse é um dos maiores méritos desse Plano Diretor. É a reconstituição daquela região toda como zona rural. E eu queria colocar, Luis, meio como informação, e na verdade, um reconhecimento, quando se fala da questão da participação da sociedade civil, que depende do apoio da administração pública, eu pedi aqui, em outras visitas do Silvano Silvério, para a gente cuidar dessa questão dos Ecopontos, e amanhã nós vamos ter a honra de receber a equipe da AMLURB lá na nossa sede. Preciso colocar aqui, como reconhecimento. Porque ele prometeu. Está cumprindo. E nós vamos tratar da questão do Ecoponto. Não só o nosso, mas dessas operações. Isso tem a ver com a questão de educação ambiental. Que o Ecoponto pode ser um polo de desenvolvimento de programas de educação ambiental muito eficiente. Muito eficaz. Obrigada.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Só concluindo, o Silvano, hoje, é um grande parceiro nosso. Ele vai cumprir o que ele falou aqui. Tenho certeza. E, na sua região, região Sul, o Secretário deve estar a semana que vem lá, em visita. Ele vai comigo. Também tem uma visita na Subprefeitura. Pode ter certeza que, com a formação, com a experiência dele na área de represa, naquela área, vai melhorar alguma coisa. Isso eu tenho certeza. Bom, com a palavra, o Conselheiro Eduardo.

**Cons. Eduardo:** Eduardo, Secretaria do Governo. Eu queria fazer duas pontuações em relação ao que colocou Helgis e a Cristina. A questão é o seguinte: a participação da sociedade está muito marcada nesse governo por conta, inclusive, dos Conselhos Participativos. As 32 Subprefeituras têm Conselho Participativo hoje, eleito pela população local. Não é uma decisão do governo de fazer a coisa de maneira direta. O decreto da Presidenta Dilma é um decreto que está sendo bombardeado no Congresso, mas ele é de extrema importância para as cidades. Que é a participação da sociedade na decisão dos destinos da cidade, do estado e do país. Que apesar desse braço de ferro, esperamos que isso seja resolvido. O outro ponto da questão da visita do Secretário. Há um programa hoje, de governo, que os Secretários fazem visitas a todas as Subprefeituras. É do Meio Ambiente, Educação, Saúde. Essas visitas são programadas e não são feitas de surpresa. São feitas de maneira que a própria população possa participar estar presente e discutir os problemas daquela região. Então a participação popular é uma marca deste governo. E ela será a maior propulsora para que a cidade reencontre o seu caminho, e consiga, até 2016, ou, além disso, resolver os graves problemas que a sociedade tem atualmente.



**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Obrigado. Professor Helgis, para encerrar, por gentileza.

**Cons. Helgis:** Só para deixar claro, é isso mesmo a que eu estava me referindo. Porque no caso da UMAPAZ, esta postura e esta diretriz têm que ser aprofundadas, extremamente. Então, além da Política Nacional, nós tivemos um grupo de trabalho, eu estive representando o Secretário no encerramento, temos uma política municipal de prestação social, que eu pretendo que seja seguida pela UMAPAZ. Respeitar a política, que é outra questão. Quer dizer, se a política está colocada, ela tem que ser aplicada. E eu acredito profundamente nesse movimento, e acho que você tem toda razão de que esta é a linha mestra que temos que olhar.

**Coordenador Luis Eduardo Damasceno:** Bom, agradeço ao professor Helgis. Sugestão para a pauta da próxima reunião: algum conselheiro tem algum assunto para que seja incluído? Não tendo, eu agradeço a presença dos senhores conselheiros e conselheiras. Damos por encerrada a 160ª Reunião Plenária Ordinária.

### **Wanderley Meira do Nascimento**

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente  
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável – CADES

#### **Conselheiros presentes:**

ADILSON ALVES DIAS	JULIA MORENO LARA
ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI	LUCAS PHELIPPE DOS SANTOS
CARLOS CAVALCANTI DE ARAÚJO	MARIA ROSA PISANI
CLAUDIA HELOISA HALLAGE	MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS
CRISTINA ANTUNES	MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA	MONICA DE SÃO THIAGO LOPES
GEORGE DOI	OLGA MARIA SOARES E GROSS
HELGIS TORRES CRISTÓFARO	OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
IVO CARLOS VALENCIO	RITA DE CÁSSIA M.DE LIMA SIQUEIRA
JOSÉ ANTONIO CRUZ	VIVIANE DE CAMARGO VALADARES
JOSÉ CARLOS ANDERSEN	

#### **Conselheiros suplentes presentes:**

ANDRÉ LUIZ MOURA DE ALCÂNTARA / CLAUDIO GURDOS / CRISTIANE LIMA CORTEZ / JOSÉ ULISSES BEZERRA DE FRANÇA.

#### **Conselheiros com justificativa de ausência:**

ÂNGELO IERVOLINO / AMÉRICO YUKU KIKUTA / EDUARDO STOROPOLI / DALTON SILVANO / FÁTIMA CRISTINA FARIA PALMIERI / GILCILENE ALVES DA SILVA.

#### **Coordenador Geral:**

Luis Eduardo Peres Damasceno

#### **Secretária Executiva:**

Ocleres Harkot